

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o Ministro Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Indicado para conselho da Petrobras desiste do cargo	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Restrições da Europa ao aço são esperadas por setor de alumínio	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Título: Chefe da Funai vai analisar projeto do qual foi consultor	3
Título: Odebrecht negocia ativo de açúcar e etanol	5
Título: John Forman desiste de fazer parte do conselho da Petrobrás	6
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	7
Título: Gasolina sobe até R\$ 0,66 em um dia.....	7
VEÍCULO: Valor Econômico.....	10
Título: Sem chuva, bandeira amarela pode voltar antes do esperado	10
Título: Militares tutelam o governo como partido	12
Título: Indicado de Bolsonaro rejeita convite para conselho da Petrobras.....	14
Título: Destaques	15
Título: IBRI vai lançar guia de RI para estatais	16
Título: Para pagar dívida, Odebrecht coloca a Atvos na vitrine	18
Título: Destaques	20

VEÍCULO: O Globo**Data: 16/01/2019****Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez****Título: Indicado para conselho da Petrobras desiste do cargo**

Geólogo John Forman já tinha sido condenado por uso de informação privilegiada

O geólogo John Forman, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), desistiu ontem de ocupar uma cadeira no Conselho de Administração da Petrobras, para o qual havia sido indicado anteontem pelo governo.

Forman foi sondado para o cargo ainda no fim de 2018 pelo atual **ministro de Minas e Energia, Bento albuquerque**, e constou da lista de três indicações feitas pelo governo junto com o almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, que vai presidir o colegiado, e o executivo da área de telecomunicações João Cox.

No entanto, Forman desistiu diante da repercussão da notícia de que ele já foi condenado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por uso de informação privilegiada na venda de ações da petroleira HRT, hoje chamada de PetroRio. Ele nega as acusações e questiona a condenação na Justiça

Forman foi multado em R\$ 338,5 mil pela CVM em 2016 por uso de informação privilegiada (insider trading) na venda de ações da petroleira HRT (atual PetroRio), da qual foi conselheiro, em 2013.

Ontem, a Petrobras esclareceu que o último militar a presidir o seu Conselho de Administração foi o contra-almirante Thelmo Dutra de Rezende, que deixou o cargo em 1985. A empresa havia informado anteontem que o último militar a chefiar o conselho tinha deixado a função em 1979.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 16/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Restrições da Europa ao aço são esperadas por setor de alumínio**

Mercado Aberto

A cadeia brasileira de alumínio começou a se preparar para enfrentar restrições da União Européia similares às aquelas que deverão ser aprovadas para o setor siderúrgico.

O bloco decidirá nesta quarta (16) se implementa salvaguardas para reduzir a importação de produtos de aço. A expectativa é que sete itens fabricados no Brasil sejam afetados.

"A situação [da siderurgia] é exatamente igual à nossa. Há uma sobreprodução mundial, e os grandes compradores buscam se fechar", diz Milton Rego, presidente-executivo da Abai (Associação Brasileira do Alumínio).

Assim como no aço, não somos o principal fornecedor de alumínio da União Européia, mas, com cotas, quem vende a eles passará a procurar e pressionar outros mercados não protegidos", afirma.

Em um momento em que o protecionismo é adotado por um número cada vez maior de países, o Brasil tem priorizado a discussão sobre abertura comercial, de acordo com o executivo.

O setor privado, porém, não tem ainda uma estratégia definida para rebater possíveis restrições no exterior, nem conversou com o novo governo sobre o tema, segundo Rego.

"O que temos feito é analisar e monitorar a entrada de produtos de alumínio no país. Vários chegam com preço abaixo do custo do mercado internacional", afirma.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/01/2019

Seção: Política

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Chefe da Funai vai analisar projeto do qual foi consultor

Franklimberg de Freitas volta à presidência da fundação do índio após atuar em defesa de licenciamento de mineradora de ouro no rio Xingu

De volta à presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai), o general da reserva Franklimberg Ribeiro de Freitas deverá se posicionar sobre um dos maiores projetos de mineração do País. Após chefiar a fundação entre maio de 2017 e abril de 2018, Franklimberg atuou durante todo o segundo semestre do ano passado como conselheiro consultivo para assuntos indígenas, comunitários e ambientais da mineradora canadense belo Sun Mining.

A belo Sun lidera um projeto de exploração de ouro na Amazônia, alvo de questionamento na Justiça. A empresa tenta autorização para fazer a exploração industrial do mineral nas margens do rio Xingu, no Pará, a 13 quilômetros da barragem da hidrelétrica de belo monte. A companhia afirma

que o Projeto Volta Grande será a maior exploração de ouro da história do Brasil, com investimentos da ordem de R\$ 1,22 bilhão. Há sete anos, porém, os canadenses travam um embate judicial para conseguir o licenciamento ambiental do empreendimento.

Franklimberg foi escolhido pela ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, para voltar ao comando da Funai. No ano passado, após deixar o órgão, ele foi nomeado para o Conselho Consultivo Indígena, Comunitário e Ambiental da belo Sun. Há três povos indígenas que vivem na região e que, até então, não tinham sido considerados no processo de licenciamento. A chegada de Franklimberg à belo Sun foi comunicada no dia 23 de julho de 2018 à bolsa de Toronto, onde a mineradora negocia suas ações.

Ele deixou oficialmente o posto há menos de três semanas, no dia 28 de dezembro. Franklimberg foi alvo da Comissão de Ética Pública da Presidência da República por descumprimento da quarentena de seis meses entre sua saída da Funai e a entrada na belo Sun, conforme revelou o jornal O Globo em 2018. Ele nega as irregularidades e diz que só foi indicado para o cargo em julho, mas que só assumiu seis meses depois da saída da Funai, em outubro, ficando menos de três meses na função.

"Não fiz nada de errado, não atuei no cargo nesses seis meses e cumpri a quarentena", disse ao Estado. A posição do presidente da Funai sobre a viabilidade do projeto da belo Sun, no entanto, contrasta com o posicionamento já manifestado pelo órgão, que já apontou pendências e irregularidades no processo. "A Funai não tem os recursos todos que precisa. Nós precisamos apoiar os povos indígenas, há condicionantes socioambientais. Sob esse ponto de vista, o projeto é factível, é viável e benéfico aos indígenas", afirmou.

"Independentemente disso, tudo seguirá o rito da lei. Não há conflito de interesses. Tudo é analisado de forma completamente isenta", disse Franklimberg. A Funai já se posicionou anteriormente contra o licenciamento da mina, a cargo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas) do Pará. Em fevereiro de 2017, quatro meses antes de Franklimberg assumir a presidência da fundação, a Funai disse que a estrutura e tópicos exigidos não foram cumpridos no projeto, sem que fossem apresentadas justificativas.

A Secretaria de Meio Ambiente do Pará, no entanto, ignorou a negativa da Funai e prosseguiu com o processo de licenciamento. A fundação chegou a informar que poderia acionar a Justiça. "Com a expedição da licença de instalação, a Funai analisa a possibilidade de propor uma ação judicial. A Funai entende que nem mesmo a licença prévia poderia ter sido concedida sem a aprovação dos estudos do componente indígena, como exposto anteriormente,

já que a viabilidade do empreendimento não pode ser atestada sem esses estudos."

Indefinido. Hoje, a situação do licenciamento da belo Sun está completamente indefinida. A Funai, que já rejeitou os estudos iniciais, aguarda novas informações da empresa. O Ministério Público Federal no Pará entrou com ação e a Justiça determinou em setembro do ano passado que o licenciamento ambiental do projeto fosse realizado pelo Ibama, por causa dos impactos acumulados que o empreendimento pode gerar ao lado da usina de belo monte. A mineração tem previsão de ocorrer abaixo da barragem, numa área com vazão de água reduzida devido ao represamento do lago da hidrelétrica.

Em novembro, porém, outra decisão judicial acabou revertendo essa avaliação e o licenciamento voltou para a Semas do Pará. Seja o licenciamento de responsabilidade estadual ou federal, a legislação prevê que a Funai também deve se posicionar sobre o pedido. As mudanças já feitas pelo presidente Jair Bolsonaro na estrutura da Funai retiraram sua missão de analisar processos de licenciamento ambiental, passando essa tarefa para a nova Secretaria de Assuntos Fundiários, do Ministério da Agricultura.

Legalmente, porém, a Funai tem de se posicionar institucionalmente sobre qualquer tipo de atividade que afete os povos indígenas. Procurada por meio de sua assessoria, a belo Sun não comentou o retorno de Franklimberg à presidência da Funai. A empresa informou apenas que ele assumiu uma posição como membro do conselho consultivo após o cumprimento da quarentena legal e saiu da posição, por solicitação própria, no fim de 2018. / COLABOROU CARLA BRIDI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/01/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Odebrecht negocia ativo de açúcar e etanol

A Odebrecht está oferecendo a seus principais credores – os maiores bancos do País – o controle da unidade de açúcar e etanol Atvos Agroindustrial como principal alternativa para a reestruturação de dívida, afirmaram duas fontes com conhecimento do assunto. A Atvos é a segunda maior empresa de etanol do Brasil, depois da Raízen, joint venture entre a Shell e a empresa de energia Cosan.

O movimento é o mais recente sinal da reestruturação do conglomerado brasileiro, conhecido por suas operações de engenharia e construção, que hoje tem uma dívida consolidada de R\$ 70 bilhões.

A opção de troca de dívida pelo controle daria à Atvos mais tempo para se recuperar sem ter de vender usinas, outra alternativa potencial para os débitos. As fontes ouvidas pela Reuters, que pediram anonimato, afirmaram que a venda dos ativos da companhia de açúcar e etanol pode não ser suficiente para pagamento da dívida da companhia. A Odebrecht não comentou o tema. / REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/01/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: John Forman desiste de fazer parte do conselho da Petrobrás

Condenado pela CVM por uso de informação privilegiada, geólogo alega perseguição pela imprensa

Um dia depois de ser indicado para o conselho de administração da Petrobrás, o geólogo John Forman desistiu do cargo. Ao site especializado epbr, ele disse ter sido perseguido pela imprensa, que teria a intenção de atingir o governo. Por isso, preferiu abrir mão de fazer parte do colegiado da estatal. Ao noticiar a indicação do geólogo, veículos de imprensa destacaram que Forman foi condenado em processo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tratou do uso de informação privilegiada sobre negócios da petroleira HRT, da qual foi conselheiro.

Ele recorreu da decisão. "Optei por não aceitar a indicação (para conselheiro da Petrobrás)", afirmou Forman. Ao Estadão /Broadcast, o geólogo disse apenas que está "muito chateado com a imprensa" e não comentou a desistência. O caso envolvendo o indicado pela União para o conselho de administração da Petrobrás, ocorreu em 2013. Uma ligação telefônica levantada como prova pelo órgão regulador mostra que Forman tinha conhecimento de que a petroleira HRT (hoje PetroRio) divulgaria um fato relevante que derrubaria as ações.

O executivo havia sido conselheiro da empresa, que naquele ano reportou o fracasso na exploração de duas áreas de óleo e gás na Namíbia. Em 2016, Forman foi multado em R\$ 338 mil por negociar R\$ 1,5 milhão em ações da companhia em julho de 2013, evitando um prejuízo de R\$ 169 mil. "A notícia deve sair no fim da tarde de hoje ou amanhã de manhã", diz Forman na

gravação para os operadores do Credit Suisse, que receberam a ordem de vender os papéis. Procurada, a Petrobrás ainda não se pronunciou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 16/01/2019

Seção: Economia

Autor: Otávio Augusto e Marília Sena

Título: Gasolina sobe até R\$ 0,66 em um dia

A perfuração de um duto da Petrobras que abastece o DF e Goiás impactou no preço da gasolina na capital federal. Em pelo menos cinco postos, o litro do combustível ficou mais caro, sendo que em alguns aumentou R\$ 0,66. Os reparos no oleoduto Osbra, que liga a Refinaria de Paulínia, no interior de São Paulo, ao Terminal de Brasília, continuam e não têm prazo para terminar. A suspensão do funcionamento ocorreu na madrugada do último sábado, quando bandidos danificaram o duto para roubar combustível.

Para evitar escassez, algumas bandeiras alteraram a forma de trazer combustíveis à capital. A Shell, por exemplo, optou pelo uso de caminhões. “Como a situação pode comprometer o abastecimento da região, está trabalhando com outros modais para atender a demanda de seus clientes”, explica, em nota. Com a interrupção, vários postos de bandeiras diferentes não recebem gasolina desde segunda-feira. Em um dos estabelecimentos Shell, que ontem o litro custava R\$ 3,78, alterou o valor para R\$ 4,15.

Nos postos, gerentes explicam que o aumento está relacionado ao estoque disponível, já que há temor de que o combustível não seja entregue. Três estabelecimentos da Petrobras, no Eixo L, encerraram as promoções no preço e a gasolina saltou de

R\$ 3,79 para R\$ 4,15. A justificativa é a restrição no produto. Segundo o gerente de um deles, a quantidade de combustível que chegou foi muito abaixo do que foi pedido e o preço já veio com reajuste das distribuidoras. “É possível que alguns postos do DF fiquem sem o combustível”, afirmou.

Nos postos abastecidos pela distribuidora Ipiranga, o valor do combustível variou. Em alguns, o valor foi mantido em R\$ 3,73, mas, em outros, passou a custar R\$ 4,23. No do Eixo W Norte, o dia foi de muita fila, com motoristas não querendo perder o preço baixo.

Poucas chances

Apesar da suspensão de mais de 72 horas, a estatal descarta o risco de desabastecimento. “A operação foi interrompida temporariamente devido a um furto de combustível em um trecho do oleoduto no município de Araras (SP)”, informou, em nota, a Petrobras, já que o duto perfurado é de responsabilidade da Transpetro, uma de suas subsidiárias. O presidente do Sindicombustíveis, Paulo Tavares, acredita que não haverá interrupções no DF, mas alerta que o conserto pode se prolongar mais que o previsto. “Estamos acompanhando e há poucas chances de desabastecimento”, conclui.

Segundo a Petrobras, não há prazo para os reparos serem finalizados. A previsão mais otimista é de que até amanhã, após o meio-dia, seja concluído. “O duto está sendo reparado e a previsão é que volte a operar normalmente nos próximos dias”, finaliza a estatal. A distância entre o local do furto e o DF é de quase 840km.

Para evitar esse tipo de dano e risco ao abastecimento, a Petrobras pede a colaboração de moradores de áreas próximas aos dutos. Pede que entrem em contato com a Transpetro, por meio do telefone 168, caso presenciem alguma situação suspeita na faixa dos dutos ou em terrenos próximos. A central funciona 24 horas e a ligação é gratuita.

* Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira

Variação dos preços no DF (em reais)

Postos	14/1/19	15/1/19
Petrobras – Próximo à Torre de TV	3,79	3,79
Petrobras – Eixo W 106 Sul	—	4,29
Auto Lus – Eixo W 107 Sul	—	—
Petrobras – Eixo W 109 Sul	3,89	3,89
Shell – Eixo W 115 Sul	3,79	3,79
Petrobras – Eixo L 214 Sul	3,79	4,15
Petrobras – Eixo L 212 Sul	3,79	4,19
JarJour – Eixo L 210 Sul	3,79	4,15
Petrobras – Eixo L 207 Sul	3,79	4,15

PB – Eixo L 206 Sul	3,79	3,75
Melhor – Eixo L 204 Sul	3,75	4,19
Petrobras – Eixo L 202 Sul	3,79	3,89
Ipiranga – Eixo L 204 Norte	3,79	4,45
JarJour – Eixo L 206 Norte	3,79	4,15
Petrobras – Eixo L 208 Norte	3,69	3,79
Ipiranga – Eixo L 210 Norte	3,73	4,23
Shell – Eixo L 212 Norte	3,69	4,15
Petrobras – Eixo L 214 Norte	3,79	3,99
Ipiranga – Eixo W 115 Norte	3,73	4,23
Petrobras – Eixo W 113 Norte	3,78	4,15
Ipiranga – Eixo W 112 Norte	3,73	3,73
Shell – Eixo W 109 Norte	3,78	4,15
Petrobras – Eixo W 107 Norte	—	—
Petrobras – Eixo W 103 Norte	4,67	4,67
Petrobras – SIG Quadra 3	3,68	4,25
Shell – SIG Quadra 3	3,68	4,25
Garantia – EPTG	3,85	3,89
Safeway – EPTG	3,85	3,95
Vtex – EPTG	3,85	3,85
Ipiranga – EPTG	3,85	3,95

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/01/2019****Seção: Brasil****Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio****Título: Sem chuva, bandeira amarela pode voltar antes do esperado**

O período tradicionalmente úmido começou em dezembro, mas as chuvas surpreenderam especialistas e têm ficado abaixo da média histórica, elevando os preços de energia e antecipando as projeções de retorno da bandeira amarela, com cobrança adicional sobre a conta de luz.

Dezembro e janeiro já são considerados meses "perdidos" em termos de recuperação dos reservatórios das hidrelétricas. A depender do desempenho de fevereiro, mês importante no regime de chuvas anual, a bandeira verde pode dar lugar a amarela já em março, apontam especialistas.

O cenário mostra uma mudança importante em relação às projeções do início de dezembro, que apontavam que 2019 seria o ano com menores preços de energia desde 2011. Isso aconteceu devido à entrada de um bloqueio meteorológico, que criou alta pressão e comprometeu as chuvas em meados de dezembro.

"Perdemos um período bom de chuva em dezembro e estamos perdendo outro período para janeiro, impactando toda a projeção para o restante do ano", disse Paulo Toledo, sócio-diretor da Ecom Energia. Segundo ele, o bloqueio pode se enfraquecer na última semana de janeiro, ou permanecer a comprometer também a hidrologia de fevereiro.

Desde dezembro, as chuvas têm ficado abaixo da média histórica. Para janeiro, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) projeta que as aflúências no subsistema Sudeste/Centro-Oeste, que concentra a maior parte da energia hídrica do Brasil, ficarão abaixo de 70% da média.

Patricia Madeira, diretora e meteorologista do Instituto ClimaTempo, explica que a massa de ar quente que tomou conta de parte do Sudeste vai continuar até meados de fevereiro. Com isso, provavelmente, o volume de chuvas previsto para fevereiro também ficará abaixo da média histórica. O problema é que essa é justamente a época mais intensa do período chuvoso.

"Esta é a época que mais precisa chover para guardar água para o período seco. O efeito disso [menos chuvas nesse início do ano] está muito mais lá para a frente [para o inverno] do que para o que vai acontecer agora", explicou Patricia.

Para João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia, o acionamento da bandeira amarela vai depender das chuvas de fevereiro. O critério de acionamento das bandeiras leva em conta a projeção de chuvas e também o risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês). O retorno da amarela significaria um custo adicional de R\$ 1,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

No mercado livre de energia, os preços já respondem à frustração das chuvas de verão. Na semana passada, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) informou que o preço de liquidação das diferenças (PLD) subiu 20% nos submercados Sudeste e Sul, para R\$ 166,17/MWh.

A Comerc Energia trabalha com um PLD de R\$ 193/MWh em fevereiro, saltando para R\$ 278/ MWh em março. Segundo Cristopher Vlavianos, presidente da companhia, essa projeção é baseada nos dados de hoje, mas mudanças bruscas na hidrologia podem alterar o cenário. "Um mês atrás, a expectativa era que choveria muito. A chuva que se esperava não veio, e o efeito volátil foi a alta grande no PLD", disse.

A mudança também foi sentida nos contratos de venda de energia. Segundo Vlavianos, em 15 de dezembro, a Comerc trabalhava com preço de R\$ 125/MWh para fonte convencional com entrega entre janeiro e março. Hoje, os mesmos contratos estão em R\$ 225/MWh. Para 2020, a fonte convencional subiu de R\$ 180/MWh para R\$ 200/MWh.

O desempenho dos preços ao longo do ano, contudo, ainda é incerto. "As chuvas estão vindo pior, mas ainda é cedo para bater o martelo e dizer se será um ano com preços altos ou baixos. Ainda há muita incerteza na hidrologia", disse Luiz Barroso, presidente da PSR. "É importante considerar também a entrada de nova capacidade de geração da ordem de 5 GW a 6 GW só neste ano", completou, explicando que isso ajuda a preservar reservatórios.

Segundo o presidente da Engie no Brasil, Maurício Bähr, o volume mais baixo de chuvas naturalmente provoca um aumento dos preços, mas é importante lembrar que o sistema possui hoje uma diversidade de fontes que asseguram o abastecimento.

"Nós ficamos esperando que chova no período úmido. E às vezes acontece uma frustração. Isso faz com que os preços sejam mais voláteis em razão disso. Mas acho que é um pouco da própria beleza do nosso sistema, que é diversificado, que tem tantas fontes e que pode contar com outras alternativas", afirmou.

Apesar da possível volta da bandeira amarela, ainda não há motivos para preocupações com a inflação. As projeções indicam que o IPCA deve ficar abaixo da meta do Banco Central, de 4,25% para este ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/01/2019

Seção: Política

Autor: Rosângela Bittar

Título: Militares tutelam o governo como partido

Com tantos generais nos gabinetes próximos do presidente e ao longo da Esplanada, Jair Bolsonaro, mesmo que discordasse, não teria como levar adiante uma reforma da Previdência Social que os atingisse. Mas ele, além disso, concorda plenamente e encoraja o tratamento diferenciado a essa categoria, a sua, vez que é capitão da reserva.

O Exército, a Marinha e a Aeronáutica não ocuparam o governo em vão. Não vão deixar escapar a única disputa em que realmente se envolvem desde sempre, além daquela batalha anual por mais verbas: a de evitar a mudança do seu sistema de aposentadoria. Nos últimos dias, com tantas posses e transmissão de comando nas três forças, além das trocas de ministros nos gabinetes do Palácio do Planalto e de vários ministérios, seus interesses reais ficaram mais expostos.

Expressam, sem censura, a alegria de ter voltado ao poder, - "agora pelo voto", como apregoam. E não se fazem de rogados quando questionados sobre a reforma da Previdência. Dizem que são disciplinados e acatarão ordens, mas logo fica claro que estão marcando distância da vala comum: "Somos diferentes".

Há que separar a euforia do emprego da euforia política

Livrando-se os militares das novas regras, outros funcionários públicos devem também se sentir especiais e reivindicar uma saída exclusiva para outras categorias. Com certeza, a Polícia Militar, a Polícia Civil, delegados em geral, agentes penitenciários em particular, entre outros que se submetem a riscos semelhantes em sua carreira, unidos pela atividade de segurança.

Daí para outras categorias do funcionalismo também mostrarem que seu caso é singular, o caminho é curto, rápido e até justo, como se pode achar, a princípio, embora muitos discordem dessa última condição. Uma vez tirados os militares, o justo será deixar saírem todos os demais cujas atividades são análogas. Ao arrastarem consigo outras categorias do funcionalismo, os militares fragilizam institucionalmente e politicamente a reforma da Previdência.

Automaticamente levam consigo, no mínimo, a Polícia Militar, considerada uma força auxiliar do Exército. Como dar tratamento especial ao Exército e não à PM, além de outras atividades a que estão amarrados pela atividade de risco? Não há como separar as Polícias Militares das Forças Armadas.

As sessões da Comissão Especial que aprovou a reforma da Previdência do ex-presidente Michel Temer mostraram como pode funcionar o lobby militar na votação. Seus representantes nas discussões eram os mais reativos, os que se manifestaram de forma muitas vezes agressiva.

Por que seria diferente agora, com líderes do governo e líder do partido do presidente, um é major, o outro delegado?

Aberta a porteira para Forças Armadas e Polícia Militar, cria-se a brecha no muro e todos podem sair. É essa a discussão a ser levada em torno da ideia de não mexer na Previdência dos militares.

Sem razão para argumentar contra sua inclusão na reforma, os militares, infinitamente mais fortes hoje do que ontem, são cem por cento fiadores do governo Bolsonaro e têm razão, desta vez, sim, de estarem eufóricos com isso.

Eufóricos por terem recuperado o poder e, já de posse do trono, sentirem-se à vontade para responder perguntas sobre a reforma prioritária.

Sem dúvida, estão mesmo no comando. Jair Bolsonaro não tem quadros no seu partido, não conhece equipes que atuem em universidades e institutos, não tem correntes de especialistas da academia, não tem militância. Se falta um porta-voz, é anunciado logo um general; se há expectativa sobre quem será o líder do governo no Congresso lá vem um major de primeiro mandato.

Até o momento, no primeiro escalão, assumiram: o general Hamilton Mourão, na vice-presidência; o general Augusto Heleno no Gabinete de Segurança Institucional; o general Santos Cruz na Secretaria de Governo; o general Maynard Santa Rosa, na Secretaria de Assuntos Estratégicos; o general Otávio Santana do Rêgo Barros, porta-voz da Presidência, ainda não oficialmente nomeado. Rêgo Barros é ligado ao general Eduardo Villas Bôas, que deixou o comando do Exército e não vai para casa, assumirá um cargo no Gabinete de Segurança Institucional no Planalto.

Há, ainda, no primeiro escalão, ministros egressos das Forças Armadas: Fernando de Azevedo e Silva (Defesa), Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura), **Bento Costa Lima (Minas e Energia)**, Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia), Wagner Rosário (Controladoria Geral da União); general Franklimberg Ribeiro de Freitas (Funai).

O ex-comandante da Marinha, assim como o ex-comandante do Exército, ingressou na equipe: o almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira foi indicado por Bolsonaro para presidir o Conselho de Administração da Petrobras.

No discurso de transmissão do cargo de comandante do Exército, o general Villas Bôas, marcou a nova era com um exagero. Para ele, os dois maiores brasileiros são Bolsonaro e Sergio Moro, os homens capazes de mudar a agenda do país, de restaurar o patriotismo. Estava, porém, exaltando terem finalmente chegado ao topo.

É preciso separar a euforia do emprego da euforia da política, do mando. Bolsonaro deu emprego para todos. O seu partido terminou virando, na prática, um partido de duas alas: a ala dos negócios da Economia, tocada por Paulo Guedes, que tinha sua própria equipe adotada pelo presidente, e o partido do Quartel.

As três Forças assumiram as suas missões como quadros de um partido. E foram tomando gosto: eles querem e a eles é permitido controlar o governo.

Há muito pouco tempo, Jair Bolsonaro era visto no alto comando do Exército como uma caricatura. Aos poucos, as tropas da reserva, que apoiavam sua candidatura, foram conquistando as da ativa até formar um partido militar bolsonarista que tem o governo sob tutela.

Rosângela Bittar é chefe da Redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras

E-mail: rosangela.bittar@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Folhapress

Título: Indicado de Bolsonaro rejeita convite para conselho da Petrobras

RIO DE JANEIRO - Indicado nesta segunda-feira (14) pelo governo para ocupar uma das cadeiras do conselho de administração da Petrobras, o geólogo John Forman postou em uma rede social que decidiu não aceitar o convite. Ele desistiu após a publicação de reportagens sobre condenação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por uso de informação privilegiada em negociações na bolsa em 2013.

Forman informou sua decisão em um comentário no LinkedIn respondendo a cumprimento sobre sua indicação no início da noite desta terça (15). Procurado pela reportagem, ele se negou a dar entrevista. Ao site EPBR, confirmou a

informação e criticou a imprensa, a quem acusou de usar sua condenação na CVM para atacar o governo Bolsonaro.

Nem a estatal nem o **Ministério de Minas e Energia (MME)** confirmaram ainda terem recebido a negativa de Forman. Ele ocuparia uma das três vagas abertas com a renúncia de conselheiros nomeados em 2018 pelo governo Michel Temer. As outras duas serão ocupadas pelo economista João Cox e pelo almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, indicado por Bolsonaro para presidir o conselho.

Em resposta a comentário no LinkedIn, John Forman afirmou que não vai aceitar cargo no governo. Forman questiona na Justiça a decisão da CVM, alegando que a condenação foi feita sem provas suficientes. O colegiado da autarquia concluiu que o geólogo tinha informação privilegiada ao vender ações da petroleira PetroRio (então chamada HRT) pouco antes de divulgação de notícia desfavorável à companhia.

Ele havia sido conselheiro da empresa entre 2008 e 2012. Foi condenado ao pagamento de multa de R\$ 338.500, mas não foi impedido de participar de conselhos de companhias com ações em bolsa. No mesmo processo, a CVM condenou outro ex-administrador da companhia, Antônio Carlos de Agostini.

Os dois recorreram ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, mas perderam. Hoje, discutem a condenação na Justiça.

A indicação de Forman, Cox e Leal Ferreira é parte de um esforço do governo para renovar o conselho da estatal, indicando nomes mais alinhados com a nova gestão. Para isso, houve pressão para que conselheiros nomeados por Temer renunciassem ao cargo antes do fim do mandato, em 2020.

O colegiado tem onze cadeiras, oito delas reservadas a representantes da União, duas para acionistas minoritários e uma para representante dos trabalhadores da companhia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/01/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petrobras produz menos I

Principal indicador operacional da Petrobras, a produção média de petróleo em campos nacionais em 2018 ficou abaixo da meta traçada pela companhia pela primeira vez depois de três anos. De acordo com comunicado divulgado ontem pela estatal, a produção própria de petróleo da empresa em campos nacionais somou 2,034 milhões de barris diários em 2018. A meta era de 2,1 milhão de barris diários. Em 2016, a média de produção de petróleo da Petrobras no Brasil, de 2,144 milhões de barris diários, foi inferior à meta de 2,145 milhões de barris diários. Mas, como a diferença foi mínima, ela foi oficialmente desconsiderada pelo então presidente da companhia, Pedro Parente.

Petrobras produz menos II

Com a produção menor, o ano de 2018 também foi o primeiro em que a Petrobras não atingiu recorde de produção média de petróleo no país, depois de quatro anos. Considerando a produção total de petróleo e gás natural, a companhia atingiu 2,63 milhões de barris de óleo equivalente por dia (BOE/d) em 2018. O volume também foi inferior à meta para o ano passado, de 2,7 milhões de BOE/d. No comunicado, a empresa informou que "a produção de óleo e gás natural de 2018 está em linha com a meta estabelecida para este ano no Plano de Negócios e Gestão da companhia, no qual projeta-se 2,8 milhões de BOE/d em 2019".

Cade dá aval à Taesa

O Cade aprovou, sem restrições, a compra de ativos de transmissão da Âmbar Energia pela Taesa. A operação, divulgada ao mercado em 17 de dezembro, envolve a compra de 100% da São João Transmissora de Energia (SJT) e da São Pedro Transmissora de Energia (SPT), e 51% da Triângulo Mineiro Transmissora de Energia (TMT) e da Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia (VSB).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcelle Gutierrez | De São Paulo

Título: IBRI vai lançar guia de RI para estatais

O Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI) inicia neste mês um grupo de trabalho voltado para a troca de experiências entre profissionais de relações com investidores (RI). O projeto prevê a publicação de um guia de RI para estatais, o que deve ocorrer no prazo de dois anos.

A criação do grupo é uma decorrência do aumento da importância desta atividade, vista como estratégica dentro das companhias públicas e privadas para a divulgação de informações claras e precisas, o que agrega valor e reduz o custo de capital.

No caso das estatais, o RI ganha ainda maior importância com a necessidade de "prestação de contas à sociedade" após casos de corrupção e interferência política, que resultaram na Lei das Estatais, que entrou em vigor em junho de 2018, e na criação de uma série de outros processos de governança corporativa e conformidade.

O aumento da confiança e do valor da companhia é um importante benefício neste cenário de vendas de ativos

André Vasconcellos, coordenador do grupo de trabalho criado pelo IBRI, explica que a atividade de RI é vista como estratégica para os negócios e também importante no contexto atual, no qual "há um clamor social por maior probidade, transparência e eficiência nas estatais".

Segundo Vasconcellos, o grau de maturidade da atividade hoje é o mais diverso possível, a depender do setor e se a empresa é federal, estadual ou municipal. "O grupo [de trabalho] irá identificar e nivelar com processos", afirmou o coordenador.

O grupo do IBRI é aberto à participação de qualquer profissional de RI e, além da publicação do guia, visa acompanhar a adequação das companhias à Lei das Estatais, a adesão ao programa de governança de estatais da B3 e o desempenho no Indicador de Governança (IG-Sest), do Ministério do Planejamento. Dentro do seu escopo de atuação, o grupo também deve participar em consultas e audiências públicas de autarquias e órgãos da administração pública direta.

"A gente não pensa em um grupo isolado, mas em aproximar experiências da iniciativa privada com estatais. Essa troca de experiências que vai fazer evoluir e traduzir em maior confiabilidade", disse Vasconcellos, que acrescentou: "Queremos trazer para dentro das estatais os paradigmas de controle e gestão."

O superintendente do IBRI, Luiz Roberto Cardoso, ressaltou que peculiaridades das estatais, como controle exercido pelo Estado e o uso de recursos públicos, exigem ainda mais a necessidade de divulgação de informações claras.

Cardoso enfatiza que a reformulação dos processos já é vista nas companhias de capital aberto, em função exatamente do ocorrido nos últimos anos (casos de corrupção), com desenvolvimento de boas práticas de governança, compliance e comunicação. "É muito importante o equilíbrio entre as empresas da iniciativa

privada, negociadas em bolsa e estatais para que possam administrar muito melhor as informações e evoluir".

Carlos Augusto Junqueira, sócio do escritório de advocacia Cescon Barriau nas áreas de direito societário, governança corporativa e mercado de capitais, também fará parte do grupo do IBRI e ressaltou que estatais de capital aberto como Eletrobras, Petrobras e Sabesp possuem atualmente um departamento de relações com investidores bem organizado e desenvolvido.

"Sabesp, Eletrobras e Petrobras são o topo de governança, mas nada impediu que a Petrobras, por exemplo, tivesse problemas na divulgação de informações. O RI é fundamental, transformador, mas é um processo", disse, ressaltando que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) monitora, solicita esclarecimentos e inicia processos administrativos e/ou sancionadores, caso necessário.

O exemplo mais recente envolvendo a Petrobras foi julgado em dezembro do ano passado, quando o colegiado da CVM multou o ex-diretor financeiro e de relações com investidores da Petrobras Almir Barbassa em R\$ 300 mil por falta de divulgação de fato relevante após o vazamento de informações sobre a implementação da política de preços da companhia.

Junqueira enfatizou que o departamento de RI não impede o surgimento de problemas, mas com a existência de um processo a questão é encaminhada, o que contribui para aumentar o valor da companhia.

O aumento da confiança e, conseqüentemente, do valor da companhia, é um importante benefício neste cenário atual de vendas de ativos e privatizações, comentou Cláudio Campos, sócio da consultoria EY.

"A medida que as estatais criam departamentos de RI com boa governança, procedimentos e transparência, podem prestar contas à sociedade. Os ativos ficam mais valorizados e, se forem alvo de privatização, terão maior valor", explicou o consultor. Campos enfatizou que a função do departamento de RI é exatamente prover informações transparentes para quem tem intenção de investir.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/01/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Tatiana Bautzer e Carolina Mandl | Reuters, de São Paulo

Título: Para pagar dívida, Odebrecht coloca a Atvos na vitrine

A Odebrecht está oferecendo a credores o controle de sua unidade de açúcar e etanol, a Atvos Agroindustrial, como principal alternativa para reestruturar seu

endividamento, afirmaram duas fontes a par do assunto. O movimento é o mais recente sinal da estratégia radical adotada pela Odebrecht, mais conhecida por suas operações de engenharia e construção, para renegociar R\$ 70 bilhões em dívidas consolidadas.

Acusada de subornar políticos e executivos para obter contratos em toda a América Latina, a Odebrecht fez um acordo há dois anos com autoridades americanas, brasileiras e suíças e pagou um valor recorde de US\$ 3,5 bilhões em multas para acertar as contas.

A Atvos tem cerca de R\$ 12 bilhões em dívidas junto a Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Bradesco, Itaú e Santander Brasil. A troca de dívida pelo controle daria à Atvos mais tempo para se recuperar sem ter que vender usinas, a outra alternativa na mesa para o pagamento das dívidas. As fontes afirmaram que a venda dos ativos da Atvos pode não ser suficiente para o pagamento de toda a sua dívida.

As fontes acrescentaram que uma decisão final ainda não foi tomada em relação a um "swap" e que um acordo para transferir a propriedade de Atvos pode não ser alcançado. A Atvos é a segunda maior empresa sucroalcooleira do Brasil em capacidade de moagem depois da Raízen, joint venture entre Shell e Cosan.

A dívida líquida da Atvos é equivalente a cerca de 10 vezes seu lucro anual antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Em comparação, a dívida das empresas mais bem administradas do segmento equivale ao dobro do Ebitda.

Em discussões preliminares com credores, a Odebrecht disse que queria que os credores trocassem a maior parte de suas dívidas na Atvos pelo controle da empresa, mas a Odebrecht quer manter uma participação minoritária. Os tamanhos das apostas ainda precisam ser determinados, acrescentaram as fontes.

A maior parte da dívida da Atvos é detida pelos bancos controlados pelo Estado, principalmente o Banco do Brasil e o BNDES, afirmou uma fonte. Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal se recusaram a comentar o assunto. Odebrecht, Itaú e BNDES não responderam imediatamente às solicitações de entrevista.

A Atvos, cujo foco é o etanol, tem capacidade de moagem de 37 milhões de toneladas de cana por ano, mas vem operando em patamares inferiores devido a problemas financeiros. Na safra 2017/18, processou 25,8 milhões de toneladas, segundo seu relatório anual.

A Odebrecht contratou a consultoria Canaplan para avaliar a quantidade de dívida que o fluxo de caixa da Atvos poderia suportar, e a empresa apresentará

um relatório aos credores sobre um novo plano de negócios. Em novembro, o conglomerado contratou consultores para reestruturar parte de sua dívida bancária e de títulos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/01/2019

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

AES Tietê posterga oferta

A empresa de energia AES Tietê orientou os bancos a "dar uma segurada" no andamento do processo de oferta subsequente de ações (follow-on), apurou o **Valor**. Em dezembro, a companhia contratou Itaú BBA, Bradesco BBI, BTG Pactual e Goldman Sachs para coordenar a oferta, então prevista para ser executada até o início de fevereiro. A captação tinha o propósito de pagamento da aquisição de Alto Sertão III, projeto da Renova - mas a proposta da AES Tietê foi recusada pelos acionistas. "Essa negociação ainda pode vingar e a AES está olhando outros ativos também. Dar sequência ao follow-on está diretamente ligado a essas transações", diz um executivo com conhecimento do assunto. "Se a oferta avançar, já será com os dados fechados da AES de balanço de 2018", complementa outra fonte, sobre o cronograma. **(Maria Luíza Filgueiras)**

MME / ASCOM .